

“CAMELÓDROMO”, A CIDADE e OS  
FLUXOS GLOBAIS SUBALTERNOS

### RESUMO

No Brasil, um novo tipo de edifício comercial que se destaca por suas grandes dimensões, paralelo à “simplicidade” arquitetônica, chamado “camelódromo”, tem se inserido de modo sistemático nas paisagens urbanas. Mas a significação de sua presença não se resume a isso. Destinado a reunir os camelôs que ocupavam, em geral, as ruas e praças centrais das cidades, o edifício, por vezes denominado *shopping* popular ou “paraguaiódromo”, apresenta-se como uma espécie de solução adotada pelas administrações municipais para o longo e infundável conflito entre os donos dos estabelecimentos comerciais (mas não somente eles) das áreas ocupadas pelos camelôs e o próprio grupo, cada vez maior, dos juridicamente classificados como comerciantes “informais”. O camelódromo, mesmo quando deslocado para regiões menos valorizadas da cidade, equivalente, em outros termos, aos *shopping centers* legais, produz-se como espaço costumeiro de venda de mercadorias, mas, principalmente, como lugar de contato com uma multiplicidade de fluxos (econômicos e culturais, sobretudo) os quais extrapolam a cidade, a região e o país, ao alcance das populações mais pobres, chamados aqui de fluxos globais subalternos. Este texto pretende refletir (e avaliar) sobre a categoria da informalidade no espaço urbano, a partir do fenômeno dos camelódromos, dos fluxos que eles abrigam e do lugar o qual ocupam na produção das cidades.

### PALAVRAS-CHAVE

Camelódromo, cidade, informalidade, fluxos globais subalternos.

## RESUMEN

En Brasil, un nuevo tipo de edificio comercial se destaca por sus grandes dimensiones, paralelo con la simplicidad arquitectónica y llamado de *ambulantódromo*, ha quedado inserto de modo sistemático en los paisajes urbanos. Pero su significado no se reduce a eso. Destinado a reunir los vendedores ambulantes, que de modo general, ocupaban las calles principales y plazas céntricas de las ciudades, el edificio a veces llamado de *shopping* popular o *paraguayódromo*, se presenta como una especie de solución adoptada por las administraciones municipales frente al largo e interminable conflicto entre los dueños de establecimientos comerciales (y no exclusivamente con ellos), en las áreas ocupadas por los vendedores ambulantes y el mismo grupo cada vez mayor de los jurídicamente clasificados como comerciantes informales. El *camellódromo*, hasta cuando instalado en regiones menos conceptualizadas de las ciudades, que adquiere la equivalencia, en otras dimensiones, de los *shopping centers* legales, se reproduce como un espacio habitual de comercio de mercaderías y, sobre todo, como un espacio con múltiples flujos, aquí denominados globales subalternos (económicos y culturales en su esencia) que ultrapasan la ciudad, la región y al país en las limitaciones de las poblaciones más pobres. Este texto pretende una reflexión y evaluación sobre la categoría informal en los espacios urbanos a partir del fenómeno de los *ambulantódromos*, de los flujos que allí circulan y del lugar que ocupan en la construcción socio cultural de la ciudad.

## PALABRAS CLAVE

*Ambulantódromo*, ciudad, informalidad, fluidos globales subalternos.

## THE STREET VENDORS' LOCATION, THE CITY AND THE SUBALTERN GLOBAL FLUXES

234

pós-

### ABSTRACT

In Brazil, a new type of commercial building, that stands out by its big dimensions together with its architectural simplicity, called the street vendors' market has systematically been inserted in the urban scenarios. But what is most important about its strong presence is that what was once destined to be a place for all the street vendors that occupied the streets and central squares of the cities, now presents itself as a sort of solution adopted by the municipal administrations to a long and endless conflict between the owners of the commercial stores (but not only them) of the sites occupied by the vendors and the increasing group legally classified as informal trades. The street vendors' public market building, even when located in the less valued regions of the city, is not only a regular space of goods sale, but mainly as a place of contact with a multiplicity of fluxes (especially economic and cultural) that extrapolate the city, the region, and the country reaching the most poor population called here subaltern global fluxes. This text attempt to reflect on and assess the category of informality in the urban space departing from the phenomenon of public markets, the fluxes that they comprise, and the place they occupy in the production of cities.

### KEY WORDS

Street vendors, public market, city, informality, the subaltern global fluxes.

## A CIRCULAÇÃO INTENSIFICADA

Marc Abélès, no prefácio ao livro *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*, de Arjun Appadurai, destaca, entre outras virtudes da obra, o fato de o pensador indiano colocar no centro das discussões a noção de fluxo, consagrando a “circulação” (de homens, mercadorias e informação), mais do que as estruturas e os organismos estáveis, o fenômeno que define o mundo contemporâneo (ABÉLÈS, 2001, p. 8). A idéia poderia, talvez, perder um pouco de seu impacto ao considerarmos que hoje, de um modo geral, admite-se que a circulação – entre povos, países, continentes – não é exatamente uma novidade – sempre existiu em qualquer situação espaço-temporal.

Poder-se-ia dizer, em seu prejuízo, que ela é mais fruto da capacidade de percepção da ciência atual – cujo “olhar” sofreu uma espécie de deslocamento geral, tanto em relação ao ponto de vista usualmente adotado como em relação ao foco de seus interesses – do que de uma efetiva mudança na mobilidade social. A ciência, ao voltar sua atenção para o movimento em lugar da fixidez, ao preferir o objeto móvel ao objeto fixo, ao substituir o próprio olhar imobilizado pela experimentação de múltiplas posições do observador, finalmente, teria se permitido “ver” a dinâmica efetiva dos grupos sociais e, particularmente, de sua dimensão cultural. Desse modo, a circulação – que sempre esteve lá – apenas teria ganhado visibilidade, saindo da zona de sombra que a ciência construiu para si. Essa compreensão permite que historiadores, como Serge Gruzinski, defendam a tese de a mundialização<sup>1</sup> ter começado muito antes de percebermos esta conceitualmente, mais precisamente no século 16 com as grandes navegações (GRUZINSKI, 2001). O que restaria, então, da afirmação de Appadurai?

Parece-nos que duas considerações podem devolver densidade à idéia:

a) A existência de circulação por si só não atribui ao fenômeno um lugar decisivo entre as práticas sociais, a ponto de ser ela – a circulação – aquilo que venha a distinguir, em termos globais, uma determinada sociedade, no tempo e/ou no espaço. Isso significa dizer que, apesar de ser encontrada em todos os contextos sociais, no presente e no passado, em se tratando do Ocidente, somente agora o papel que desempenha passou a ser crucial. Provavelmente, os obstáculos à circulação de qualquer natureza nunca foram tão criticados e combatidos quanto agora;

b) a circulação parece estar entre aqueles fenômenos cuja alteração significativa de velocidade e de intensidade, se não chegam a transformar a natureza própria do fenômeno, modificam-no substancialmente, ou, no mínimo, dão ensejo a desdobramentos das mais variadas naturezas. Como o líquido submetido à variação de temperatura que opera uma mudança de natureza (do sólido ao gasoso), a circulação submetida à alteração da velocidade e da frequência tem produzido situações sequer de longe imaginadas nos séculos precedentes<sup>2</sup>.

Um primeiro exemplo, que atende à alteração da velocidade, é a transformação ocorrida nos meios de transporte. Entre 15 km/h (marcha média do cavalo) e 800 km/h (avião a jato a 30.000 pés) não há apenas uma mudança

(1) Apesar de a língua francesa adotar o termo *mondialisation* como equivalente de globalização, Gruzinski distingue o fenômeno que começa a processar-se no século 16, tratado por ele como mundialização da globalização contemporânea. Sem entrar no mérito de sua distinção, interessa, aqui, ressaltar o reconhecimento da circulação de homens, mercadorias e informação desde muito antes de ter-se cunhado uma palavra para designá-la.

(2) Ainda que se trilhe aqui outro percurso teórico, é importante mencionar a obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman e sua tese sobre a passagem de uma modernidade sólida para uma modernidade líquida (contemporaneidade) que se caracterizaria, entre outras coisas, por uma dramática mudança nos padrões espaço-temporais (BAUMAN, 2001).

numérica com conseqüências exclusivas para o tempo gasto no deslocamento. Mundos muito diferentes e subjetividades inconcebíveis se desdobraram a partir da alteração radical das velocidades praticadas.

Mantenhamos, agora, as velocidades e apenas intensifiquemos os fluxos, ainda que uma coisa esteja ligada à outra. Lembrando que a principal conseqüência do fenômeno da circulação é promover o contato com algum Outro e todo o espectro das diferenças possíveis (físicas, simbólicas, funcionais, estéticas, etc.), pode-se deduzir que as mudanças provocadas por esses contatos se intensificarão igualmente, serão mais freqüentes por um lado e terão, por outro, um tempo de “digestão” menor dessa diferença, dando origem a um processo de transformação reativa sem precedentes daquilo que era concebido, até então, como o Mesmo. Essa reconfiguração de si no contato com o Outro se dá segundo inúmeras modalidades ou interpretações, cujos conceitos (mestiçagem, hibridismo, fusão, creolização, sincretismo, etc.) vêm sendo exaustivamente experimentados. Mas isso não foi sempre assim: antes da mudança radical do olhar da ciência, culturas “fortes” eram aquelas a resistirem às mudanças pelo contato e o Ocidente, de certo modo, orgulhava-se dessa indiferença ao Outro – que só fortalecia a fé em seus próprios valores (religiosos, políticos, estéticos, éticos, cognitivos, etc.). Somente hoje, e ainda de modo restrito, a impermeabilidade não é mais tida como uma virtude das sociedades e tampouco uma característica das culturas “fortes”. Isso significa que mudanças oriundas de contatos com diferenças, além de inevitáveis, passaram a ser, às vezes, desejadas<sup>3</sup>, ainda que jamais se possa prever o sentido e a densidade da transformação.

Um dos resultados mais importantes dessa intensificação da circulação (que promove o contato com diferenças e, por sua vez, transformações de si) é algo como uma crise identitária generalizada, instalada tanto no âmbito das práticas socioculturais quanto das ciências, no trato com a dimensão cultural e suas dinâmicas. Em lugar das permanências, das práticas que acumulam anos, dos códigos cristalizados, é preciso lidar com sucessões de novidades, de regimes de transformação, de experimentações das quais não se prevêem conseqüências. Um fenômeno televisivo global são os programas “antes e depois” os quais, submetidos à fórmula do *reality show*, promovem mutações quase “instantâneas” de corpos (moda, cirurgia plástica, emagrecimento), casas (arquitetura e decoração), subjetividades (o psicólogo é o gestor: desde as velhas questões conjugais à intervenção de uma superbabá no cotidiano doméstico)!

Talvez o sistema da moda seja, aqui, um dos melhores exemplos da intensificação de determinados processos de transformação. A moda funciona, no Ocidente, não apenas como o propositor de modos de vestir, mas como propositor legitimado de corpos e modos de ver e viver o mundo (cultura e comportamento), editados a cada nova estação, sempre a partir do contato com algum Outro (o exótico, o distante, o esquisito, o antigo) que inspirará as “tendências” consagradas. Adaptar-se a essas tendências é quase um imperativo para os *fashion victims*.

É oportuno lembrar a tese da *supermodernidade* de Marc Augé para o mundo contemporâneo que a concebe como resultado do aparecimento de três figuras de excesso: excesso de tempo, excesso de espaço, excesso de ego (AUGÉ, 1994)<sup>4</sup>. Em que pese o acerto das observações do antropólogo, parece-nos, todavia, que o fenômeno da circulação, apontado por Arjun Appadurai, acaba por abarcar as três figuras de excesso de Augé, para poderem ser mais bem pensadas,

(3) Experimentos musicais baseados em misturas de gêneros locais e “globais”, comuns no Brasil contemporâneo, são exemplos emblemáticos.

(4) Por razões de espaço e adequação aos objetivos deste texto, as figuras de excesso das quais trata a tese de Augé no livro *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade* não serão aqui detalhadas.

não como causas da supermodernidade, mas como desdobramentos de diferentes naturezas da *intensificação da circulação* que aqui se defende. Vale dizer que “intensificar” significa o aumento dos fluxos, mas também a diversificação dos objetos postos em circulação e dos pontos de conexão da rede global.

Ficamos assim, então: se a circulação sempre existiu, sua intensificação nos moldes atuais, associada às novas velocidades possíveis, é, sem dúvida, um fenômeno inédito, que mais rigorosamente definiria o mundo contemporâneo<sup>5</sup>. Os padrões de espaço, de tempo, de senso de si (pensando nas categorias de Augé) sofrem profundas e irreversíveis alterações, com conseqüências, inclusive, patológicas (o excesso de ego, por exemplo).

Nossa tarefa, caso pretendamos conhecer esse mundo, passa a ser auscultar essa circulação intensificada, ou seja, observar e analisar os fluxos existentes, os objetos (pessoas, idéias e valores, inclusive) em trânsito e o modo como circulam e, sobretudo, na medida do que nos é possível fazer, sondar as linhas que se desenham, ou para aonde elas nos levam, se quisermos arriscar alguma crítica.

## A GLOBALIZAÇÃO E OS SENTIDOS DOS FLUXOS

Toda circulação, seja ela de pessoas, seja de objetos ou informações, que, por alguma razão, faz-se sistemática, passa a configurar-se como fluxo. Quando os fluxos atravessam países e continentes, quando se multiplicam e transformam o *mapa mundi* em imensa, complexa e incapturável rede de deslocamentos sistemáticos, temos, grosso modo, o fenômeno da globalização nos termos atuais. Uma questão, no âmbito da abordagem dos fluxos, divide os pesquisadores. Ela diz respeito ao sentido (origem → destino) dos fluxos. Ulf Hannerz diz que para aqueles a traduzirem a globalização por americanização, visto continuarem a abordar as relações globais em termos de centro e periferia, a origem é uma só: uma espécie de combinação entre Nova York, Hollywood e a sede do Banco Mundial. Nessa perspectiva, a conseqüência final é a uniformidade global, com a americanização do mundo (HANNERZ, 1997). No outro extremo, há os que rejeitam a perspectiva centro-periferia, mesmo se considerada a possibilidade de “muitos” centros em lugar de apenas “um”. Esse é o caso de Arjun Appadurai, para quem o fato de o “centro” poder estar em qualquer lugar torna obsoleto o próprio conceito. Em uma posição intermediária pode-se localizar Ulf Hannerz, acima citado, o qual, apesar de admitir a visibilidade cada vez maior dos contrafluxos, considera inegável o fato persistente das assimetrias, cujo exemplo pode ser visto na *“disseminação de algumas habilidades fundamentais e formas institucionais centrais que denominamos como modernidade.”* (HANNERZ, 1997, p. 14). Para Hannerz, a história acumula correntes de fluxo cultural em padrões cambiantes, e o complexo de assimetrias, que tomou forma na Europa há muito tempo, e acelerou-se neste século, acabou criando condições para contrafluxos e fluxos cruzados admiráveis. Mas duvida que tenhamos chegado ao ponto no qual seja impossível distinguir os centros das periferias.

A perspectiva de Hannerz de que existiriam, de um lado, fluxos (Ocidente/ EUA → resto do mundo) e, de outro, contrafluxos (resto do mundo → EUA/Ocidente), leva-nos a pensar em termos de uma oposição entre fluxos hegemônicos e fluxos subalternos, segundo inspiração gramsciana. Os fluxos globais hegemônicos, das

(5) Outro autor não-visitado no âmbito deste texto, mas que deve ser lembrado por sua tese na qual a velocidade é foco de observação e critério para a análise das transformações contemporâneas, é o arquiteto francês Paul Virilio. De sua obra, destaca-se, a propósito, o livro *Velocidade e política* (1996), cuja primeira edição em francês trazia o subtítulo “Ensaio sobre dromologia”.

(6) A imagem atribuída ao Ocidente, aqui, é muito mais uma configuração sociocultural do que físico-geográfica. Daí, fenômenos no interior do Ocidente físico podem ser considerados “não-ocidentais” do ponto de vista sociocultural.

mais diversas naturezas (econômicas, artísticas, sociais, políticas), além de atuarem no sentido Ocidente/EUA → resto do mundo, são aqueles imediatamente visíveis, invocados como fluxos a operarem o funcionamento verdadeiramente global do mundo. Ao contrário desses, os fluxos globais subalternos, também das mais diversas naturezas, atuam em sentidos distintos dos hegemônicos, não apenas no sentido inverso definido como contrafluxo por Hannerz, mas em quaisquer outros que coloquem em contato pontos do “resto do mundo”, sem passar pelos EUA ou pelo “Ocidente”<sup>6</sup>. Além disso, esses fluxos não são reconhecidos como significativos para o mundo, para o funcionamento da ordem global. Seriam, a bem dizer, ignorados e, em certo sentido, excluídos, independentemente do que arregimentam em termos de volume, abrangência e consistência.

A trabalhar-se, exclusivamente, com o conceito de subalternidade como pensamento da negatividade, ou seja, como “o pensamento do que quer que seja deixado de fora, isto é, negado (...) por uma relação hegemônica em qualquer momento” (MOREIRAS, 2001, p. 337), deixa-se escapar sua potência positivadora ou, nos termos de Alberto Moreiras, sua *positividade tática*, sua capacidade de introduzir mudanças na relação de hegemonia. Ainda que a política hegemônica sempre atue no sentido de abolir subalternidades, Moreiras afirma que ela nunca poderá abolir todas: elas – as subalternidades – “são necessárias por serem aquilo sobre o qual a política hegemônica se constitui” (MOREIRAS, 2001, p. 337).

Os fluxos globais subalternos aqui identificados podem, então, ser pensados nessa dupla articulação daquilo que é, de imediato, deixado de fora dos circuitos hegemônicos, mas produzem uma reação, direta ou indireta, a eles, operando diferentes graus de fratura, de interferência no sistema.

Nesse sentido, podemos identificar, pelo menos, quatro diferentes tipos de fluxos subalternos:

a) *Contrafluxos* – são a exata inversão dos fluxos hegemônicos. Exemplos: os fluxos de latinização dos EUA; de circulação de produtos “orgânicos”, fornecendo suporte aos modos de vida “alternativos”; os diferentes fluxos constituídos no interior dos movimentos antiglobalização, etc;

b) *fluxos minoritários* – não são necessariamente (ou explicitamente) contestadores de um determinado fenômeno ou estado de coisas, existem em circuitos menores, muitas vezes invisíveis. Certas redes de solidariedade podem ser aqui identificadas, bem como as produções independentes no campo da arte e a propagação (de maior ou menor alcance) de práticas culturais singulares, minoritárias;

c) *fluxos clandestinos* – compreendem os fluxos os quais, por serem ilegais ou condenados do ponto de vista moral, só podem funcionar clandestinamente: as redes de pornografia, o contrabando, as comunidades anônimas de preferências inconfessadas (redes de pedofilia, comunidades a cultivarem a anorexia/bulimia, etc.);

d) *fluxos marginais* – não são, necessariamente, ilegais, nem exatamente minoritários (do ponto de vista político), mas colocam em movimento objetos, pessoas e valores “menores”, secundários, se comparados aos objetos, pessoas e valores que se deslocam nos fluxos de primeira linha. São, fundamentalmente, subalternos.

Nossa pesquisa, iniciada em 2004, aborda os fluxos globais subalternos (marginais e, em parte, clandestinos) que partem da China e Taiwan e distribuem, pelo mundo inteiro, objetos de baixíssimo valor, baixa qualidade e utilidade

reduzida, sem nenhuma marca, muitos deles cópias baratas de equivalentes de primeira linha, chamados aqui genericamente de *made in China*, a compõem uma espécie de universo *kitsch* contemporâneo globalizado. É claro que à circulação desses objetos associam-se a circulação de pessoas (os portadores dos objetos) e de valores (estéticos, econômicos, culturais, afetivos) implicados.

Esse mesmo fenômeno ativa, ao mesmo tempo, vários campos de discussão: sobre o consumo, a prática da cópia, as transferências culturais, a economia informal, etc. Neste artigo abordamos o modo como esses fluxos globais adentram uma cidade, alimentam-na de novos objetos (e os valores, imagens e imaginários a eles associados) e suas implicações urbanísticas. A cidade em questão é Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, Brasil, mas, pode-se afirmar, sem nenhum receio, que esse modo e suas implicações são observáveis na maioria das cidades brasileiras e, provavelmente, da América Latina.

Se, para os fluxos globais, conta-se com o sistema formal de difusão e venda dos produtos globais hegemônicos (rede de comércio, de divertimento, serviços de informação, etc.), para os bens postos em circulação pelos fluxos subalternos tem-se uma espécie de equivalentes desse sistema formal/legal que colocam, igualmente, à disposição de seu mercado, toda sorte de produtos e serviços. Há cerca de 15 anos, um novo tipo de edifício, misto de mercado e *shopping center* começou a ser construído no Brasil como solução para aquilo que se constituiu como um dos maiores problemas das cidades brasileiras: o crescimento espetacular do chamado comércio “informal”, exatamente o comércio a fazer a ponte entre os fluxos globais subalternos e o cotidiano de algum indivíduo ou grupo familiar, a operar a inserção em seu espaço doméstico, a fazer chegar um objeto *made in China* ao seu destino final: uma prateleira, um móvel qualquer de casa popular. Os vendedores desses objetos *made in China*, ocupantes, na maioria, ilegais, de praças e ruas centrais da cidade, com suas barracas portáteis, são conhecidos no Brasil como camelôs, e a “solução” oficial representada por esse novo edifício, sobre o qual trataremos agora, é chamada de “camelódromo”.

## DO CENTRO AO CAMELÓDROMO

Sábado, 10 horas da manhã. O estacionamento nos fundos do camelódromo está lotado. Carros de todos os tamanhos e marcas. Deles descem compradores em trajes de fim de semana – bermudas, camisetas, roupas de manhãs de domingo ou de quem vai passear na feira, diferentes dos trajes mais compostos dos que vão ao *shopping center*. Mães e filhas adolescentes, pais e garotos ávidos por novos *games*, um e outro solitário em busca de um objeto qualquer.

Especialmente aos sábados, ou em véspera de feriado, o grande galpão lota de gente. O serviço de som, entre um e outro anúncio de promoção, um e outro aviso aos proprietários das barracas, toca músicas conhecidas do repertório popular. Tudo é excessivo: muita gente, muito calor, muitas cores dos objetos que entopem as prateleiras, som alto, cheiro forte de pastel frito, risos e vozes atravessadas.

A imensa estrutura retangular do camelódromo, vazada lateralmente com teto abobadado de folhas de alumínio, abriga cerca de 400 barracas metálicas fixas, numeradas, pintadas de verde, exatamente iguais e distribuídas ao longo de quatro corredores.





Figura 1: *Shopping Popular de Cuiabá*  
Foto: Autora, 2005

Apesar da queixa dos “tempos difíceis”, seja pela dificuldade de repor as mercadorias nas viagens clandestinas ao Paraguai, seja pela queda natural nas vendas do período pós-natal e pós-carnaval, ao serem indagados sobre a vida antes do camelódromo, todos são unânimes em afirmar que a mudança de área foi compensadora. Ainda assim, diz-nos um camelô: “*Os primeiros dias aqui foram terríveis. Não havia nenhum conforto e não havia freguês.*” Hoje, além de sanitários, água, luz, lanchonetes, serviço de som, guarda, etc., afirmam ter tranquilidade para trabalhar, ainda que ameaçados, de tempos em tempos, por visita da polícia, interessada em mercadorias que seguem sendo vendidas, apesar da recomendação da Associação, como eletrônicos, CDs e DVDs piratas e até remédios como Viagra, entre outros.

Até 1995, a maioria desses camelôs exercia sua atividade comercial nas praças e ruas do centro da cidade. Por decisão da prefeitura, foram obrigados a deixar seus “pontos” de venda e instalarem-se nessa área mais periférica, no então desprestigiado bairro do Porto da capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá. A medida pôs fim, ao menos para esse grupo de camelôs, a uma longa e tensa batalha entre eles e diversos outros grupos sociais e associações civis, de certa forma mediada pela prefeitura, visando ao controle de espaços públicos da capital, habitualmente ocupados por suas centenas de barracas.

A área vizinha a essa para aonde foram levados os camelôs, diga-se de passagem, também acolheu, antes mesmo deles, outros comerciantes “informais” que, durante muitos anos, ocuparam a principal praça da cidade revendendo automóveis usados. Trata-se, agora, da Feira de Automóveis da cidade nos finais de semana. Lá, qualquer pessoa, em pouco tempo, vende seu próprio automóvel recebendo pagamento à vista – *em cash*, diz o vendedor que aproveita a ocasião para fazer oferta em meu carro –, ou escolhe e compra um carro usado abaixo do preço de mercado, desde que “confiando” nas condições aparentes do automóvel e na documentação, que afirmam ser limpa, ou seja, confiando (ou ignorando propositalmente) em que esse carro não é roubado e suas marcas originais não foram adulteradas.

Para os camelôs do centro da cidade, na época em que lá estavam instalados, a maior tensão se dava com os proprietários dos estabelecimentos comerciais da região. Os lojistas, em sua reivindicação de retirada dos ambulantes, alegavam a interdição da visibilidade de suas lojas e o atravancamento das portas de entrada, além da concorrência “desleal”, considerando-se o fato de os “informais” não pagarem impostos. Não foram poucas as vezes em que se verificou confronto verbal, ou mesmo físico, entre lojistas e camelôs. Em meio ao conflito que ganhava as páginas dos jornais locais, outro discurso contrário à instalação dos ambulantes na área central constituiu-se, com argumentos totalmente distintos daqueles dos lojistas. Nesse caso, mais do que condenar a atividade dos camelôs, o que os emissários desse discurso pretendiam era a defesa da integridade do patrimônio histórico e arquitetônico do centro antigo de Cuiabá tombado, em 1992<sup>7</sup>, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>8</sup> – Sphan. Para os defensores do patrimônio, não havia possibilidade de conciliação entre a preservação dos bens tombados e a atividade informal dos camelôs. Note-se que esse discurso, mais do que o das razões comerciais dos lojistas do centro, contava com a simpatia dos intelectuais e artistas locais. No Brasil, de modo geral, esse foi o argumento mais eficiente, ou seja, aquele que contou (e ainda conta) com o apoio das elites, no sentido de justificar a remoção de ambulantes de áreas consideradas de interesse para a preservação, em geral, nos centros antigos das cidades, exatamente onde os camelôs costumam instalar-se, em face do grande fluxo de pessoas.

Jérôme Monnet, no artigo intitulado “O álibi do patrimônio”, auxilia-nos a compreender a eficiência desse discurso, segundo o qual alguma história passada é considerada mais relevante na gestão atual das cidades do que as táticas de sobrevivência em curso de todo um grupo social. Monnet nos diz:

*“as políticas de proteção do patrimônio urbano são verdadeiros instrumentos de gestão das cidades. Entretanto, essas políticas têm a imensa vantagem de parecerem... apolíticas! Longe de aparecerem como projetos políticos enquanto tais, com conseqüências sobre a sociabilidade urbana, emprego ou habitat, correspondendo a articulações precisas e a interesses claramente identificáveis, essas medidas ocultam sua dimensão propriamente urbanística, apresentando como fachada a ‘proteção’, a ‘salvaguarda’, a ‘conservação’ de um patrimônio (por definição comum a todos) ou de monumentos (em essência, acima das disputas). O fundamento das políticas de proteção do patrimônio seria o consenso, que transcende as clivagens ideológicas e as distâncias culturais.” (MONNET, 1996, p. 226)*

Não conheço, no Brasil, grupo de camelôs que tenha conseguido fazer valer seus interesses contra o argumento da defesa do patrimônio.

Em Cuiabá, antes da remoção definitiva dos camelôs do centro histórico, diversas outras iniciativas foram experimentadas pela prefeitura, com o fim de organizar a atividade e minimizar o conflito entre os distintos interesses. Em várias ocasiões (nos períodos mais críticos, principalmente) a prefeitura organizou comissões com participação de arquitetos e engenheiros, entre outros técnicos, para discutir e propor soluções para o “problema” dos camelôs no centro da cidade. Recadastramentos foram realizados visando restringir a autorização de funcionamento apenas para aqueles que dependiam, exclusivamente, dessa

(7) O próprio tombamento do Centro Histórico de Cuiabá constituiu-se um longo processo permeado por conflitos entre diversos segmentos da sociedade, ao longo de quase oito anos, desde sua abertura formal, em setembro de 1985, até a homologação pelo Ministro da Cultura em 1992. Esse foi o objeto de minha dissertação de mestrado, publicada sob o título *A catedral e a cidade* (EdUFMT, 1997).

(8) Hoje Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 2: *Shopping Popular* de Cuiabá  
Foto: Autora, 2005

atividade para viver. Planos de redistribuição das barracas foram igualmente implementados, deslocando vários grupos de camelôs para ruas secundárias, desafogando áreas nobres excessivamente ocupadas. Foram criadas garagens para recolhimento diário das barracas, que passou a ser obrigatório, uma vez que, nessa época, elas já haviam sido irregularmente soldadas ao chão e, finalmente, a prefeitura impôs sua padronização, garantindo, aos ambulantes, formas de financiamento para a aquisição obrigatória das novas barracas. Note-se, aqui, que a padronização pretendia “organizar” visualmente o conjunto, minimizar os efeitos de poluição visual gerados pela profusão de soluções plásticas/funcionais de cada ambulante e, certamente, assinalar a presença do poder público, com a *logo* da administração municipal inscrita nos equipamentos, como marca de domesticação da atividade informal, agora, supostamente, sob controle. A construção do camelódromo, hoje chamado de *shopping popular*, foi a espécie de solução final – mais ambiciosa, mais arriscada e envolvendo maiores custos –, entre as tantas medidas experimentadas visando à conciliação entre os diversos interesses na gestão dos espaços públicos centrais da cidade.

É fato que a prefeitura, em suas várias administrações ao longo das décadas de 1980 e 1990, tentou, de diversas formas, articular soluções para o problema. Apesar da posição reivindicada de “mediadora”, por diversas vezes, foram verificados confrontos entre camelôs e fiscais da prefeitura e, a cada novo prefeito, novas investidas eram feitas no sentido de livrar o centro da cidade de seus indesejáveis ocupantes. O primeiro dia da administração Dante de Oliveira, nos anos 80, expressa a dimensão e o sentido do problema: mal saiu o sol, antes da chegada dos camelôs e outros usuários habituais, a praça Alencastro, em frente da prefeitura, foi tomada por dezenas de funcionários da Secretaria de Obras Públicas que se colocaram a lavá-la com água, sabão e desinfetante. O gesto administrativo, mas fortemente político, teve imenso impacto e a cena foi, inúmeras vezes, veiculada pela mídia local e até nacional. Muito provavelmente esse gesto visava mais atacar a administração anterior – indicando o abandono dos espaços públicos – que os camelôs. Ainda assim, eram eles a ocuparem a

praça e comporem o tal estado de “abandono e sujeira” que a nova administração pretendia denunciar, proporcionando visibilidade, e propunha-se a erradicar.

Evidente que, a certa altura, os camelôs já haviam se organizado em associação de classe, constituíram representantes, apoiaram candidatos a vereadores os quais se comprometiam com seus interesses, e seu número, cada vez mais crescente, já lhes conferia razoável poder de barganha junto da classe política. Ainda assim, cerca de 400 camelôs foram removidos, apesar de todas as negociações, a contragosto, para o *Shopping* Popular, em 1995. Nem todos foram retirados da área central, e os que ficaram foram obrigados a adequarem-se às novas regras de ocupação do centro que iam da instalação restrita a ruas secundárias à natureza das mercadorias aí comercializadas, permitindo-se apenas itens do artesanato local e regional. Considerou-se, para isso, que esse tipo de mercadoria, de viés cultural, não agride a característica histórica da área tombada.

## A CIDADE “INFORMAL”

É importante lembrar que o personagem urbano conhecido como camelô, conforme sabemos, remete aos velhos mascates e outros vendedores ambulantes que circulavam de cidade em cidade comercializando coisas diversas, desde remédios milagrosos a tecidos importados. No século 20, no âmbito das transformações sociais, econômicas, culturais e urbanas, a figura do mascate foi, paulatinamente, escasseando e cedendo lugar à figura do camelô que, diferentemente de seu predecessor, ganha localização fixa em algum ponto da cidade com grande circulação de pedestres. Enquanto o mascate visitava a conhecida freguesia, de porta em porta e com certa regularidade, o camelô fica, sistematicamente, à espera de seus fregueses, agora anônimos, nos pontos cotidianos de passagem.

Raquel Rolnik, a propósito da cidade de São Paulo, diz que, em final do século 19, já se podem verificar tentativas de banir a atividade dos vendedores ambulantes, alegando-se o congestionamento das estreitas ruas da capital:

*“Retirar quem atrapalhava o trânsito para finalmente regularizar o tráfego, por meio de reformas e alargamentos iniciados na virada do século, foi uma das estratégias adotadas para a captura do espaço da rua – antes destinado a uma multiplicidade de usos – ao uso exclusivo dos meios de circulação.”* (ROLNIK, 1997, p. 32)

Na impossibilidade de banir a prática, as municipalidades, em geral, buscaram controlá-la, concedendo a permissão para a exploração dessa atividade, em pontos centrais da cidade, a idosos e deficientes físicos, desde que carregassem consigo a pequena banca, no final de tarde, deixando livre o espaço público urbano.

Nos anos 90, ainda que o processo tenha se iniciado muito antes, o Brasil assistirá à explosão das chamadas práticas econômicas urbanas “informais” em que se constituem todos aqueles modos não-regulamentados e controlados de produção econômica, a exemplo das empresas familiares de “fundo de quintal” e do comércio praticado pelos camelôs, entre outras tantas atividades.

(9) Tradução livre de:  
"Cuáles son las condiciones sociales en las que se produce la desconstrucción o degradación de las ciudades en América Latina? Podemos sintetizarlas en una palabra: informalidad. Quienes habitamos Buenos Aires, Caracas, Lima, México y Sao Paulo experimentamos en las últimas décadas acelerados procesos de despedazamiento del tejido social, asociados al predominio de tácticas informales de sobrevivencia sobre la regulación estratégica de las ciudades. En estas urbes, y en muchas otras, el enorme peso de lo informal o sea lo que no está contenido en el orden histórico, lo que desborda y desafía las reglas hegemónicas, está generando nuevas representaciones de lo urbano, distintas de las que nutrieron sus fundaciones y su desarrollo."

(10) Gabriel Kraychete, em *Economia dos setores populares: Entre a realidade e a utopia* (2000), diz que nos anos 90 todas as regiões brasileiras, no mínimo, tiveram duplicadas suas taxas de desemprego em relação ao final da década anterior, chegando a números em torno de 20% da população economicamente ativa nas regiões metropolitanas.

Em *Megalópolis desconstruídas y reinventadas*, Nestor García Canclini fala desse fenômeno e de suas consequências para as cidades que, segundo ele, existem em toda a América Latina:

*"Quais são as condições sociais nas quais se produz a desconstrução ou degradação das cidades na América Latina? Podemos sintetizá-las em uma palavra: informalidade. Aqueles que moram em Buenos Aires, Caracas, Lima, México e São Paulo vivenciaram, nas últimas décadas, acelerados processos de despedaçamento do tecido social, associados ao predomínio de táticas informais de sobrevivência sobre o controle estratégico das cidades. Nestas cidades, e em muitas outras, o enorme peso do informal, ou seja, do que não está contido na ordem histórica, do que transborda e desafia as regras hegemônicas, está gerando novas representações do urbano, distintas das que nutriram suas fundações e seu desenvolvimento."* (GARCÍA CANCLINI, 2003)<sup>9</sup>

A atividade dos camelôs, desde então, não é mais uma concessão oficial restrita a idosos e portadores de deficiências. Diante do aumento do desemprego<sup>10</sup> e dos baixos salários, por um lado e, por outro, das vantagens apresentadas pela atividade informal – maiores possibilidades de ganho mensal, ausência de patrão e de trâmites burocráticos, flexibilidade de tempo, participação familiar, etc., uma considerável parcela da população economicamente ativa se transforma em camelô, seja em tempo parcial, nos interstícios de outra atividade oficial, seja integralmente.

Mas essa explicação para a explosão da atividade é apenas uma parte da história. A face local de uma conjuntura que extrapola as fronteiras nacionais. O fenômeno conhecido como globalização, que se acentua nas últimas décadas, fortalecido pelos novos meios de comunicação instantânea, é certamente o responsável pelo impulso extraordinário dado a fluxos transnacionais das mais diversas naturezas. O capital sem pátria se reproduzirá em todos os tipos de atividade econômica e financeira, desenhando circuitos cada vez mais globais, não importando a natureza do bem em circulação.

Se, de um lado, temos o caso, por exemplo, da indústria automobilística cujas peças são produzidas segmentadamente em fábricas dispostas em diferentes pontos do globo, reunidas em montadoras que finalizam os últimos modelos lançados nas diversas feiras mundiais que serão, então, distribuídos de modo igualmente global, de outro lado, objetos insignificantes, de valor irrisório, estrelinhas de plástico fosforescente, presilhas de cabelo, cópias baratas de *Barbies*, a infinidade de subprodutos *Hello Kitty* e outros personagens do universo infantil globalizado, entre outras tantas categorias de objetos baratos, passaram a ser concebidos e fabricados – muitas vezes em uma conexão Ocidente/Ásia – em países como China e Taiwan e distribuídos por todo o mundo, segundo modos legais, mas, sobretudo, pela via do contrabando (comércio "informal" criminalizado), exatamente para garantir sua qualidade essencial: o baixíssimo preço. Os fluxos subalternos, como vimos, dizem respeito e implicam, em seu movimento, principalmente, nos pobres do mundo contemporâneo.

Não temos, então, apenas a pressão do desemprego para a prática do comércio informal. Há uma demanda mundial de fluxos subalternos. Eles estão aí. Por isso, muitos dos camelôs não se restringirão a revender mercadorias adquiridas das grandes distribuidoras, muitos se transformarão em "sacoleiros", como são



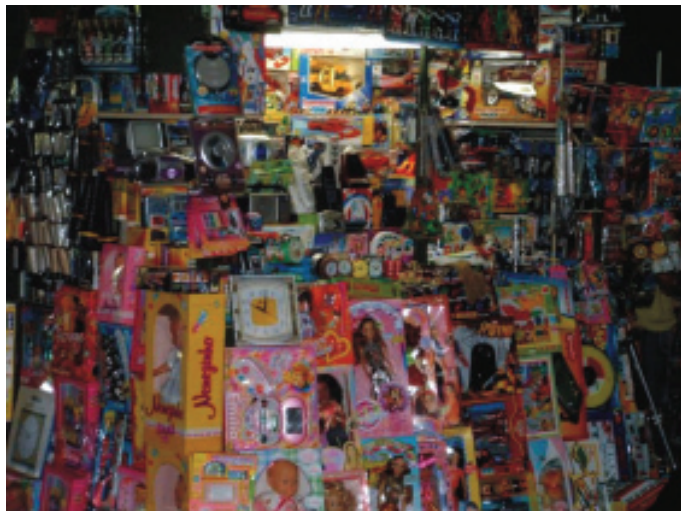


Figura 3: Barraca no interior do Shopping Popular de Cuiabá  
Foto: Autora, 2005

(11) Ou por meio da categoria dos “laranjas”: aqueles que viajam ao Paraguai e fazem compras, sob encomenda, para os camelôs.

(12) Tradução livre de:  
*“qui vont de la cartouche de Marlboro à la mousse à raser Old Spice, en passant par des cassettes de Madonna.”*

(13) Tradução livre de:  
*“qui entrent et sortent du pays régulièrement, assurent l’approvisionnement des marchés gris de Bombay, Madras et Calcutta en produits venus non seulement de l’Ouest, mais aussi du Moyen-Orient, de Hong Kong et de Singapour.”*

chamados aqueles que viajam para comprar, pessoalmente<sup>11</sup>, nos centros de venda nacionais, como as cidades de São Paulo e Goiânia, mas, principalmente, nas cidades paraguaias de Pedro Juan Cabalero e Ciudad del Est, na fronteira com o Brasil, por onde chegam os objetos *made in* China e Taiwan a serem revendidos em seus pontos de camelô. Assumem, desse modo, uma dupla condição segundo a atividade que estejam desenvolvendo: quando estão em viagem, são sacoleiros; quando estão na cidade, camelôs.

Enquanto a atividade do camelô, apesar dos inúmeros conflitos, é, em certa medida, absorvida pela ordem administrativa da cidade (que até lhe constrói um espaço específico) e pelas estatísticas econômicas (que já lhe conferem o estatuto de economia informal), esse mesmo camelô, ao ganhar a estrada, ao cruzar a fronteira, ao pôr-se em trânsito na condição de sacoleiro – exatamente para sustentar a tolerada atividade de camelô –, vê sua atividade deslizar-se da informalidade para a clandestinidade. Ela se transforma em contrabando e ele, o sacoleiro, em contraventor.

Arjun Appadurai utiliza o curioso termo “mercado cinza” para caracterizar o comércio de rua de cidades indianas, nas quais membros das classes médias e subalternas podem adquirir mercadorias *“que vão do cigarro Marlboro ao creme de barbear Old Spice, passando pelos cassetes de Madonna”*<sup>12</sup>. Igualmente “cinzas” são os fluxos alimentados por marinheiros, diplomatas e aeromoças/comissários de bordo *“que entram e saem do país regularmente, assegurando o provisãoamento dos mercados cinzas de Bombaim, Madras e Calcutá com produtos não apenas vindos do Oeste, mas também do Oriente Médio, de Hong Kong e de Singapura”*<sup>13</sup>. (APPADURAI, 2001, p. 91). O “cinza”, diferentemente do “negro” utilizado para a designação do comércio ilegal, combina situações de interdição, de tolerância e de legalidade. Enquanto na Índia, pela descrição de Appadurai, seus “sacoleiros” – marinheiros, diplomatas e aeromoças/comissários de bordo – estão, provavelmente, ao abrigo da lei (usufruindo de cotas permitidas) e o comércio de rua colocado sob suspeita, aqui a situação se inverte: enquanto o comércio na cidade é tolerado ou legalizado (a depender da situação junto das esferas municipais e estaduais), é o

(14) Tradução livre de:  
"que nació como designación residual para lo que se caía de la sociedad formalmente organizada, se amplió hasta abarcar sectores tan heterogéneos como las pequeñas empresas y los comercios hogareños ilegales, los vendedores callejeros, los niños y adolescentes que ofrecen servicios o mercancías en las esquinas, músicos en el metro, cartoneros y recicladores de desechos, artesanos no agremiados (o sea la mayoría), taxis sin licencia, productores y vendedores de discos y videos piratas, revendedores de entradas para espectáculos y cuidadores espontáneos o amafiados de coches en concentraciones deportivas, y muchos otros sectores que actúan en grupos familiares o en redes que 'organizan' los circuitos 'legítimos' de la vida sócial."

trânsito das mercadorias a atividade ilegal. Em ambos os casos, todavia, os mais pobres é que estão na informalidade e sua prática, quando muito, apenas tolerada.

A consolidação a contrapelo da ordem jurídica e administrativa dessas "táticas informais de sobrevivência", conforme denomina Canclini, ocasiona diversos problemas para os governos dos países, dos estados e das cidades. A "informalidade", além de assombrar as estatísticas nacionais (inflando as taxas de desemprego ou da categoria de difícil controle do "trabalho por conta própria"), incomoda também pelos valores que deixa de recolher aos cofres públicos, mas, sobretudo, aos privados, em se tratando de pirataria. Na informalidade, ninguém paga impostos, muito menos *royalties* e assemelhados. Quando se trata de contrabando, o problema ganha novas e mais preocupantes dimensões. Mas, no âmbito deste texto, interessa-nos abordar o problema do ponto de vista das cidades, as quais vão sendo construídas com sistemática informalidade, nas quais, diz Canclini, citando Latouche, o provisório tende a tornar-se definitivo.

A categoria do informal, diz Canclini,

*"que nasceu como designação residual para o que escapava da sociedade formalmente organizada, ampliou-se até abarcar setores tão heterogêneos como as pequenas empresas e os comércios locais ilegais, os vendedores ambulantes, as crianças e adolescentes que oferecem serviços ou mercadorias nas esquinas, músicos no metrô, catadores de papel e recicladores de lixo, artesãos não sindicalizados (ou seja, a maioria), táxis sem licença, produtores e vendedores de discos e vídeos piratas, revendedores de entradas para espetáculos e guardadores espontâneos ou mancomunados de carros em concentrações desportivas, e muitos outros setores que atuam em grupos familiares ou em redes que 'organizam' os circuitos 'legítimos' da vida social"*  
(GARCIA CANLINI, 2003)<sup>14</sup>.

O que significa, para a cidade, pergunta Canclini, a sobrevivência ser produzida em alto grau de informalidade? Duas são as tentações que nos cercam ao abordar esse problema no âmbito das ciências sociais, do jornalismo ou das artes, para o autor de *Megalópolis desconstruídas y reinventadas*: a) ou julgamos a informalidade como contraditória com a modernidade exigida das cidades, propondo-nos a eliminá-la, ou ao menos a diminuir seu peso econômico e seus efeitos sociais desintegradores, ou b) celebramos a criatividade social e a imaginação cotidiana reveladas nessas atividades e destacamos sua utilidade para a sobrevivência dos setores populares e excluídos. À primeira perspectiva ele chama de *modernizadora*; à segunda, *populista*.

Para sair dessa disjuntiva, ele propõe que é preciso considerar, lado a lado, os aspectos desintegradores dos processos informais e aqueles que revelam uma capacidade de recomposição, ainda que precária, de uma ordem social.

Canclini tem razão em sua abordagem geral do problema e da percepção da cidade que ora se esgarça, ora se reinventa, em meio a processos que escapam ao controle de qualquer instância. Todavia, parece-me que um problema anterior a esse cenário de conseqüências boas e ruins para a cidade, a exigir mais de nossa reflexão do que apenas evitar ser modernizador ou populista, deve ser considerado. É preciso interrogar a própria produção da "informalidade" ou do conjunto de idéias e práticas que definem o que pode vir a ser "formal" e o que estará condenado à vala das práticas desprezadas.

Abordando praticamente o mesmo problema, sob o ponto de vista, todavia, do binômio “legal-ilegal”, Heloísa Soares de Moura Costa (2006) diz que hoje se reconhece, no Brasil, que a ilegalidade constitui mais a regra do que a exceção e se, de um lado, verificam-se esforços significativos no sentido de prover de condições mínimas de urbanidade as áreas de habitação de baixa renda (colocando-as no campo da legalidade), de outro lado, encontra-se em curso uma mudança significativa nas concepções tradicionais de regulação urbanística, logo, das próprias noções de legalidade e ilegalidade. Afirma, então, ser preciso “*desnaturalizar as relações de poder respaldadas na propriedade privada e na terra urbana enquanto reserva de valor, que cristalizaram a desigualdade e a segregação socioespacial*” (COSTA, 2006, p. 152).

## ESTADO VERSUS CIDADE

A cidade submetida à lei, aqui compreendida como instrumento de efetivação de interesses hegemônicos, raramente voltada para o bem comum, ao contrário do que promete e quer fazer crer a noção transcendente de lei, não existiu desde sempre. Localizar sua emergência no quadro da modernidade torna possível desnaturalizar a idéia de cidade *necessariamente* regulada, *necessariamente* moderna, a condenar as que assim não funcionam à categoria de cidades degradadas.

Fernand Braudel, em sua fundamental obra *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, dedica um capítulo especial às cidades, auxiliando-nos, aqui, principalmente, na compreensão da relação estabelecida entre o Estado e a cidade, ou seja, no modo como se constitui um espaço urbano governado pela lei.

Ainda que as cidades no Ocidente tenham conhecido períodos nos quais se desenvolveram como *universos autônomos e segundo suas próprias tendências*, sob o *signo de uma liberdade sem igual* – “vantagem” que seria responsável pela originalidade das cidades do Ocidente, conforme Braudel –, isso não permaneceu assim. Efetivamente, existiriam, no Ocidente, três tipos de cidades: 1) as *cidades abertas* (A) que não se distinguem do território de implantação, abertas ao campo e equiparada a esse, como a cidade antiga, grega ou romana; 2) as *cidades encerradas em si próprias* (B), rigorosamente fechadas, circundadas por muralhas – as cidades medievais; 3) as *cidades sob tutela* (C), surgidas com o princípio da modernidade, quando o Estado, sólida e definitivamente instalado, passa a discipliná-la, “*violentamente ou não, com um empenho instintivo onde quer que pousemos os olhos, em toda a Europa*” (BRAUDEL, 2005, p. 476). “*Em geral, A precede B e B precede C*” (BRAUDEL, 2005, p. 474).

É claro estarmos tratando, aqui, das últimas das cidades tuteladas, reguladas conforme um modelo concebido por alguns, atendendo aos interesses destes, naquilo que se consolidou como o centro difusor do projeto moderno: a Europa. É importante lembrar o documento conhecido como *Carta de Atenas*, de 1933, elaborado por ocasião do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) e entronizado como a referência obrigatória na gestão das cidades no Ocidente pelos governos municipais, que a tomarão como fundamento para a proposição de suas leis urbanísticas. Somente na década de 1960, em meio às



críticas à modernidade, à ciência moderna, etc., conheceremos críticas mais contundentes à *Carta*, principalmente ao seu caráter excessivamente prescritivo, ambicionando regular desde a cidade como um todo até a dimensão das aberturas no interior de uma residência. Graças a ela, toda a chamada periferia das cidades latino-americanas, os subúrbios, ou os bairros onde habitam os pobres do mundo, ficaram estigmatizados como “erros” urbanísticos. Sessenta e cinco anos depois, em 1998, a Comunidade Européia (a Europa, novamente) lança a *Nova Carta de Atenas* a qual, também, pretende-se paradigma espacial; nesse caso, um “novo” paradigma, incorporando outros objetivos, como o da sustentabilidade urbana e o da “cidade para todos” (KANASHIRO, 2004).

Essa cidade subordinada pelo Estado, indicada por Braudel, reaparece em Gilles Deleuze e Félix Guattari na obra *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*, sob a forma da oposição radical cidade *versus* Estado, compreendendo a primeira como máquina de guerra e o segundo como aparelho de captura. Enquanto as cidades, em sua potência de universos autônomos, são regidas por um desejo de expansão, de movimento para fora de si, o Estado é motivado para a captura, para a subordinação e controle de tudo aquilo que se movimenta e que não é o Estado. Se as cidades se definem pelo movimento, pelos fluxos, o Estado se define pela interdição ou, no mínimo, pelo esforço de contenção e disciplinamento dos fluxos em um movimento, igualmente perpétuo, de captura a trazer para seu interior, domesticando-o, tudo o que lhe escapa.

Fernand Braudel, Gilles Deleuze e Félix Guattari, nessas passagens, permitem-nos identificar, em diversas abordagens sobre a cidade, duas tendências que nos parecem equivocadas: 1) a de interrogar a cidade no âmbito de um enquadramento individual, a cidade em seus limites político-administrativos e 2) a de tomá-la por aquilo que lhe é exterior e imposto: uma imagem prototípica de cidade modernamente disciplinada.

A cidade pensada em seus “supostos” limites ignora o quanto ela é resultado de uma rede de fluxos que incluem, necessariamente, outras cidades, próximas e distantes. Se interrompêssemos essas ligações, ao cabo de algum tempo, as cidades definhariam. Para Deleuze e Guattari, a cidade é o correlato da estrada.

*“Ela só existe em função de uma circulação e de circuitos; ela é um ponto assinalável sobre os circuitos que a criam ou que ela cria. Ela se define por entradas e saídas, é preciso que alguma coisa aí entre e daí saia (...) É um fenômeno de trans-consistência, é uma rede, porque ela está fundamentalmente em relação com outras cidades.”* (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 122)

O Estado, ao contrário, é um fenômeno de *intra-consistência*. *“Ele opera por estratificação (...) é uma zona de recorrência que se isola assim do resto da rede, pronto a controlar ainda mais estritamente as relações com o resto.”* (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 123). Enquanto cada estado, verticalizado, existe separado dos outros, a cidade é inseparável da rede horizontal das cidades.

Por outro lado, o hábito de tomar a cidade por aquilo que lhe é exterior, ou seja, por um modelo de cidade, ao invés de abordar aquela sob seus pés, é resultante de sua colocação sob a tutela do Estado que, para melhor capturar, controlar e atender aos interesses dos grupos no controle do mesmo, elege um modelo físico e jurídico, com o qual, sistematicamente, compara o que existe (fiscalização urbana) e, deste, cobra a semelhança com o modelo.

Tomar a cidade pelo modelo lança, à exceção de meia dúzia de casos modelares, todos os demais na categoria de espaços urbanos “degradados” pelo volume de ocupação ilegal e de atividade informal neles verificados, muitas vezes maior que o legal e o formal, incapazes de serem conforme o modelo ou, mais realisticamente falando, conforme as exceções!

Mas, ao contrário de tentar explicar por que não são conforme o modelo<sup>15</sup>, é preciso interrogar-se sobre o modo como o modelo foi concebido, flagrando aí a genealogia das “informalidades”, duramente responsabilizadas pela esgarçada vida social, pela degradação da vida urbana. É preciso desconfiar da “naturalidade” do estatuto legal/urbano que vigora na América Latina, de um modo geral, e quem sabe, a partir daí, ver e pensar a cidade com outros olhos.

A lógica moderna do funcionamento conforme um modelo, para qualquer sistema em questão, produz inúmeros equívocos: do ponto de vista ótico, o modelo cega porque precede, antecipa e impõe-se ao real. Do ponto de vista operativo, imobiliza, porque impede qualquer ação que não seja preconcebida. Do ponto de vista legal, é o oposto da jurisprudência que parte da situação para pensar alternativas, funcionando conforme o regime da lei a qual pretende domesticar o real presente e futuro, ignorando o novo que possa aí surpreender.

Nesse aspecto, é também oportuno lembrar o comentário de Gilles Deleuze sobre a perspicaz substituição, feita por Foucault, da usual *oposição* “lei-ilegalismo” por uma *correlação* “ilegalismo-lei” (DELEUZE, 1998). Longe de conceber a lei como o instrumento pelo qual se exprimiria o poder de Estado em oposição ao ilegal, a lei é tão-somente a gestão dos ilegalismos. A lei é extraída dos ilegalismos, é nada mais que aquele ilegalismo transformado em privilégio. Assim fazendo, Foucault desnuda a guerra dissimulada em que se constituem os processos mediados ou finalizados, supostamente tendo em vista o bem comum, pelas leis. A lei, longe de ser *ferramenta* de pacificação e compatibilização de interesses, é *arma*, e a cidade moderna, submetida à lei, ignorada em seus processos reais, imanentes, um campo de guerra.

(15) Essa discussão é semelhante à da não-realização da modernidade na América Latina, ou pelo menos segundo o modo que se esperava, exatamente por estar implicada na idéia de um modelo. Nasce aí a noção das modernidades alternativas. Desse modo, parece que já se discutiu, à exaustão, por que as cidades latino-americanas não conseguem ser modernas.

## CIDADES REAIS (COM FLUXOS SUBALTERNOS E CAMELÓDROMOS)

Apesar das sucessivas derrotas da cidade para o estado, que alçou as idéias modernas a estatuto de modelo, levando ao paroxismo seu disciplinamento, as histórias das cidades reais nos mostram o quanto elas não fazem outra coisa a não ser escapar, fugir, contrariar ordens, surpreender, reinventar.

Os camelôs e sacoleiros de Cuiabá e seus fluxos clandestinos insistentes, erradicados daqui para reaparecerem lá, a funcionarem como esquilos esburacando, por baixo, a cidade a qual alguns pretendem que seja moderna, são um exemplo do funcionamento imanente da cidade, à revelia das leis e da vigilância do Estado. É importante também dizer que o camelódromo de Cuiabá, construído, conforme vimos, em 1995, não solucionou o “problema” do comércio informal da cidade. Inúmeros outros pontos de concentração de camelôs, ao ar livre ou em pequenas galerias, vêm sendo criados desde então, seja no centro, seja nos demais bairros, nas praças, pontos de ônibus e feiras livres. O fato é que essa atividade,

implicando em uma dada ocupação do espaço urbano, continua em expansão, obviamente em função da intensificação dos fluxos globais subalternos. Estes compõem a cidade real. Portanto, os camelôs e os fluxos que eles viabilizam no espaço urbano não são um “problema” urbano, são um fenômeno do mundo e das cidades reais contemporâneas. O problema é o urbanismo o qual insiste em ignorá-los ou acredita ser possível suprimi-los, como em geral se fez até então, levando a cidade para lugar nenhum, além de espaço de conflitos seguidos de conflitos.

Outra passagem de Braudel inspira a conclusão deste texto: ainda tratando da originalidade das cidades européias, dessas sobre as quais, crescidas sob o signo de uma liberdade sem igual, Braudel diz: elas “*dominaram os campos e através das constelações e das cadeias nervosas das redes urbanas, desenvolveram uma política econômica própria, tantas vezes capazes de derrubar obstáculos e sempre de criar ou recriar privilégios...*” “Diz ainda que se, *em imaginação, suprimíssemos os Estados atuais, assim que as câmaras de comércio das grandes cidades ficassem livres para jogar à sua vontade, veríamos coisas inusitadas!*” (BRAUDEL, 2006, p. 467) (grifo nosso)

A questão, finalmente, conforme nos parece depois dessas incursões, não é a de ser simplesmente antimoderno, louvando a criatividade do que vive nos interstícios do permitido, do que viceja em meio à informalidade – que poderia lançar essa abordagem no rol das consideradas por Canclini como *populistas* –, mas, em um exercício semelhante ao proposto por Braudel, de pensar *que cidade seria possível*, se recusássemos o modelo, se substituíssemos esse modo de pensá-la e de nela intervir por outro modo, a acompanhar os fluxos, em toda diversidade, que nela se desenham, que a atualiza (seus devires), pela sondagem das linhas imanentes de produção do urbano, como o sábio e discreto urbanista a aceitar (porque respeita) o caminho feito no gramado – recusando o do calçamento existente – pela rotina dos transeuntes.

Um urbanismo-escuta, um urbanismo jurisprudente, um urbanismo sem leis. Seria possível? No mínimo, *veríamos coisas inusitadas!*

## BIBLIOGRAFIA

- ABÉLÈS, Marc. Préface. In: APPADURAI, Arjun. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Tradução de François Bouillot. Paris: Payot, 2001.
- APPADURAI, Arjun. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Tradução de Françoise Bouillot. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt Bauman. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A catedral e a cidade*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. As estruturas do cotidiano: O possível e o impossível. As cidades. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Glória Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. A cidade ilegal. Notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v. 5, 1997.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Megalópolis desconstruídas y reinventadas. In: SIMPÓSIO A INVENÇÃO DAS CIDADES NA AMÉRICA LATINA, 2003, Brasília. *Anais...* Brasília, 2003. Cópia em Word.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 7-39, 1997.
- KRAYCHETE, Gabriel; COSTA, Ricardo. *Economia dos setores populares: Entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KANASHIRO, Milena. Da antiga à nova *Carta de Atenas* – busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. *Desenvolvimento e meio ambiente*. Curitiba: UFPR, n. 9, p. 33-37, 2004.
- MONNET, Jérôme. O álbi do patrimônio: Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: Iphan, n. 24, 1996.
- MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença. A política dos estudos culturais latino-americanos*. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

### Obs.:

Texto produzido no âmbito da pesquisa intitulada *Circuitos subalternos contemporâneos: Pessoas, objetos e valores em trânsito*, cujo primeiro ano (2004-2005) contou com bolsa Capes de estágio pós-doc. realizado na Chaire de Recherche du Canada en Transferts Littéraires et Culturels, na Universidade de Ottawa, Canadá.

### Nota do Editor

Data de submissão: novembro 2007

Aprovação: dezembro 2008

---

### Ludmila Brandão

Arquiteta e historiadora, doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, com pós-doutorado em Crítica da Cultura pela Université d'Ottawa-Canada, com bolsa Capes. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO-UFMT) e do Núcleo de Estudos do Contemporâneo (UFMT-CNPq). É professora do Departamento de Artes e também atua como professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Publicou *A catedral e a cidade* (Cuiabá, EdUFMT, 1995) e *A casa subjetiva: Matérias, afectos e espaços domésticos* (São Paulo, Perspectiva, 2002).  
Rua 12, quadra 16, casa 05. Jardim Universitário  
78075-545 – Cuiabá, MT  
(65) 3663-1330  
ludbran@terra.com.br